



DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e86135>

ESTÁGIOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DE UM CURSO ESTABELECIDO NO INTERIOR DO BRASIL

**INTERNSHIPS IN INTERNATIONAL RELATIONS: EMPIRICAL EVIDENCE OF A
COURSE ESTABLISHED IN THE INTERIOR OF BRAZIL**

Silvana Schimanski, Doutora

<https://orcid.org/0000-0002-9405-4653>

silvana.schimanski@ufpel.edu.br

Universidade Federal de Pelotas (UFPel) | Curso de Relações Internacionais
Pelotas | Rio Grande do Sul | Brasil

Recebido em 22/fevereiro/2022

Aprovado em 19/julho/2022

Publicado em 01/dezembro/2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a contribuição dos estágios no contexto acadêmico dos Bacharelados em Relações Internacionais. A pesquisa foi desenvolvida ao longo do ano de 2021, durante as atividades de orientação de estágios não-obrigatórios, em um curso localizado no interior do Brasil. Diante da ausência de levantamentos prévios sobre o papel dos estágios, este trabalho fundamentou-se na Lei nº 11.788 de 2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Bacharelados em Relações Internacionais, no Projeto Pedagógico do Curso e literatura sobre estágios na formação universitária. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso com finalidade exploratória, de abordagem quali-quantitativa, realizado por meio de fontes documentais, bibliográficas e levantamento junto aos acadêmicos que realizaram atividades de estágio no ano de 2021. Do universo de 224 acadêmicos regularmente matriculados no ano, apenas 11 realizaram estágios, definidos como não-obrigatórios no curso. Os resultados do levantamento entre os alunos apontam que, na sua percepção, os estágios contribuem para a formação de habilidades e competências previstas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. A pesquisa também sugere que o papel dos estágios como experiência de aprendizagem carece de discussão e análise, tanto no curso onde foi realizada, quanto nos cursos de Relações Internacionais estabelecidos no Brasil.

Palavras-chave: Bacharelado em Relações Internacionais. Estágio não-obrigatório. Habilidades e Competências.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present the contribution of internships in the undergraduate academic context of Bachelors degree in International Relations. The research was developed throughout 2021, during non-mandatory internship orientation activities, in a course located in a Brazilian inland city. Given the absence of previous surveys on the role of internships, this work was based on Law 11.788 of 2008, the National Curriculum Guidelines for Bachelors Degrees in International Relations, the Pedagogical Project of the Course and literature on internships in university education. Regarding the methodology, it is a case study with exploratory purpose, through a quali-quantitative approach, carried out through documental and bibliographical sources and a survey with academics who carried out internship activities in 2021. In a universe of 224 academics regularly enrolled in the year, only 11 performed internships, defined as non-mandatory by the course. The results of the survey among students indicate that, in their perception skills and competences foreseen in the National Curriculum Guidelines are developed in the internships. The research also suggests that the role of internships as a learning experience lacks discussion and analysis both in the course where it was held and in International Relations courses established in Brazil.

Keywords: Bachelor of International Relations. Non-mandatory internship. Skills and competences.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a contribuição dos estágios no contexto acadêmico do Bacharelado em Relações Internacionais em um curso estabelecido no interior do Brasil, há dez anos. Trata-se de pesquisa pioneira no curso, desenvolvida ao longo do ano de 2021, no âmbito das atividades de orientação dos estágios não-obrigatórios previstos no Projeto Pedagógico do Curso.

Vale destacar que os cursos de Bacharelado em Relações Internacionais são relativamente novos no Brasil, com o primeiro curso criado em 1974, em Brasília. Nas décadas seguintes, foram fundados cursos em universidades de grandes centros (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo). Foi a partir dos anos 1990 que houve a ampliação da oferta de cursos pelo país, primeiramente nas universidades privadas e, após os anos 2000, nas universidades públicas. A mais recente onda de expansão dos cursos de Relações Internacionais é fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), programa que também contribuiu para a sua interiorização (MAIA, 2017; PFRIMER; OKADO, 2019).

A expansão da oferta dos cursos estimulou debates relacionados à identidade do campo de estudos, buscando estabelecimento de parâmetros comuns, os quais culminaram, no ano de 2017, com a aprovação das primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (MAIA, 2017; BRASIL, 2017). No Brasil, as DCNs representaram um marco significativo definindo o objetivo geral dos referidos cursos: “[...] formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional nas esferas pública e privadas, tais como governos, universidades, empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições”. (BRASIL, 2017, p. 2). Além de outros importantes aspectos, também foram definidas as habilidades e competências que tais cursos devem possibilitar.

Considera-se que os estágios, assim como outras atividades acadêmicas, são uma experiência de aprendizagem com o potencial de contribuir significativamente no desenvolvimento das habilidades e competências dos acadêmicos. Entretanto, nota-se carência acerca dessas discussões no campo das Relações Internacionais, tanto no curso onde esta pesquisa foi desenvolvida (FREITAS; SCHIMANSKI, 2021), quanto nos demais cursos do Brasil. Por exemplo, a busca nos anais dos Encontros da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) – onde há, desde 2015, área temática para a discussão do Ensino,

Pesquisa e Extensão – localiza apenas um resumo sobre o tema (HOLZHACKER, 2017). Em que pese os coordenadores da referida área temática terem organizado dossiês em revistas acadêmicas¹, enquanto temas diversos foram abordados – metodologias ativas, extensão, entre outros – nota-se a ausência de eventuais contribuições sobre os estágios (ABRI, 2021).

Esta lacuna fica ainda mais incômoda, quando levantamentos junto aos egressos Relações Internacionais revelam que, durante a graduação, os acadêmicos realizaram tal atividade. Um levantamento nacional identificou que 54,5% dos egressos participaram de estágios (MAIA; FRANCO; NEDER, 2017). Outros estudos, com amostragem mais específica concentrada em capitais e grandes centros, revelam uma taxa acima de 70% (RIBEIRO; KATO; REINER, 2013; PUC, 2016; SEABRA; LEITE; DIAS, 2017). No curso onde este trabalho foi realizado, recente pesquisa com egressos aponta que 31,1% realizaram a atividade na área de Relações Internacionais ou correlatas, enquanto outros 19% realizaram estágios em outras áreas (SCHIMANSKI et al, 2021).

Buscando contribuir para este debate é que o presente trabalho apresenta as evidências coletadas junto a um curso de Relações Internacionais, estabelecido há dez anos em uma universidade localizada no interior do Brasil. A localização do curso é um elemento relevante nesse cenário, devido à baixa internacionalização e interiorização do mercado de trabalho da área de Relações Internacionais (PFRIMER; OKADO, 2019). A consolidação de uma cultura pró-internacionalização, que permita oportunidades de exercício profissional na própria localidade, perpassa pela consolidação do próprio campo (MOREIRA JUNIOR, 2015), que ainda requer a desconstrução do senso comum de que a formação é exclusiva para o serviço diplomático governamental (RIBEIRO; KATO; REINER, 2013).

O estudo de caso com finalidade exploratória, foi elaborado a partir da abordagem quali-quantitativa no ano de 2021, considerando a amostragem de 11 estudantes que realizaram atividades de estágio. As fontes para a pesquisa foram primárias e secundárias. A primeira parte do artigo apresenta a Legislação, documentos e literatura norteadora do debate sobre os estágios no ensino superior. Na sequência, apresenta-se a metodologia adotada para, por fim, descrever o processo dos estágios no curso e as evidências obtidas com o levantamento realizado junto aos discentes. Esta pesquisa permite considerar que os acadêmicos reconhecem que os estágios contribuem para a formação de algumas das habilidades e

¹ Sob a coordenação da área temática da ABRI, foram os seguintes dossiês organizados: o primeiro foi um volume especial sobre o “Ensino, Pesquisa e Extensão”, na revista Meridiano 47, em 2017; o segundo “Ensino, Pesquisa e Extensão”, da Revista Mural Internacional, em 2019.

competências previstas no curso de Relações Internacionais. Porém, sugerem que os estágios em seu caráter pedagógico e como uma experiência de aprendizagem, requer maior envolvimento da comunidade acadêmica.

2 ESTÁGIOS NO ENSINO SUPERIOR

No ensino superior, os estágios são uma das possibilidades de promover entre os discentes, contatos com experiências profissionais, bem como, desenvolver habilidades e competências exigidas no perfil dos egressos de cada curso. No Brasil, o estágio é caracterizado nos termos da Lei de Estágios (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) e tem sido discutido, no contexto dos processos de ensino-aprendizagem, nas diferentes áreas de conhecimento.

A Lei que prevê que tal atividade “[...] visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008, p.1). Também determina uma série de compromissos que as instituições envolvidas nos processos de estágio devem assumir, incluindo a necessidade do acompanhamento por tais instituições:

§ 1o O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, **comprovado por vistos nos relatórios** referidos no inciso IV do caput do art. 7o desta Lei e por menção de aprovação final.

Quanto à definição da sua obrigatoriedade ou não, a Lei informa que deverá ser observada a determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais da área, bem como, a previsão nos Projetos Pedagógicos de Curso (BRASIL, 2008). Assim, cada curso, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e às particularidades de cada campo, definirão a obrigatoriedade ou não da realização de estágios como requisito para aprovação e obtenção de diploma.

A Diretrizes Curriculares Nacionais para os Bacharelados em Relações Internacionais determinam que os estágios compõem o eixo de formação complementar, cujas atividades:

[...] contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o **enriquecimento do perfil do formando**. Seu objetivo é possibilitar ao aluno **reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico**, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. (BRASIL, 2017, p. 4, grifo nosso).

Ao mesmo tempo que as Diretrizes informam que a obrigatoriedade ou não dos estágios é opção de cada instituição, determinam que tais atividades devem ter orientação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Ensino Superior.

Art. 6º O estágio curricular é componente curricular, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por meio das instâncias institucionais competentes, aprovar o correspondente regulamento, com suas modalidades de operacionalização.

§ 1º A previsão da obrigatoriedade do estágio curricular é de opção da Instituição de Ensino Superior.

§ 2º A concepção e a composição das atividades de estágio devem estar descritas no documento, mesmo quando a opção da Instituição de Ensino Superior for pela não obrigatoriedade, uma vez que o estudante pode optar pelo estágio ou, no âmbito das Atividades Complementares, tê-lo como reconhecido. (BRASIL, 2017, p. 4)

Vale destacar que um dos mais amplos estudos sobre os cursos de Relações Internacionais no Brasil empreendeu análise de cento e onze Projetos Pedagógicos de Curso, de cento e cinquenta e uma instituições de ensino superior. O estudo identificou que 32% dos cursos preveem a obrigatoriedade de estágios e 29% regulamentam a atividade como eletiva (MAIA, 2017). No segundo caso, o estágio não-obrigatório constitui atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008).

No curso onde a pesquisa foi realizada, as atividades de estágio estão previstas no Projeto Pedagógico de Curso, na modalidade não-obrigatória. Dessa forma, os discentes realizam o estágio apenas se desejarem fazê-lo, contribuindo para integrar a carga horária de atividades complementares exigidas no currículo. Para além dos requisitos legais – documentos, carga horária, trâmites burocráticos junto ao colegiado de curso - o Projeto Pedagógico de Curso destaca: “quanto aos planos de atividades e relatórios, observa-se a interface internacional das atividades desenvolvidas - ou suas possibilidades - assim como, sua contribuição para a formação das habilidades e competências exigidas no perfil do egresso.” (UFPEL, 2021, p. 40).

Favoravelmente aos estágios, destaca-se sua contribuição no contexto dos programas didático-metodológicos, pois podem ser entendidos como elementos integradores e interdisciplinares, os quais contribuem, tanto para a inserção dos estudantes à comunidade a qual pertencem (MARTINS, 2012), quanto para a articulação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso (SCHWARTZ, BAPTISTA, CASTELEINS, 2001). A literatura teórico-empírica sugere que os estágios contribuem para a formação dos estudantes, entre as quais: desenvolvimento de competências e habilidades (SCHWARTZ, BAPTISTA, CASTELEINS,

2001; MURARI, HELAL, 2009); a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante os cursos e a obtenção de experiências úteis ao futuro profissional (LAVALL, BARDEN, 2014); aproximação com o mundo do trabalho (MURARI, HELAL, 2009; LAVALL, BARDEN, 2014; POLZIN, BERNARDIN, 2018). Em alguns casos, suprem necessidades financeiras para a permanência na universidade, por meio das bolsas, auxílios ou outros (LAVALL, BARDEN, 2014; POLZIN, BERNARDIN, 2018).

Não obstante, a gestão dos estágios não-obrigatórios no ensino superior enfrenta inúmeros desafios, entre os quais, garantir que cumpram o seu papel no contexto dos cursos: seu objetivo pedagógico e a reflexão sobre a contribuição das atividades desempenhadas para a formação. Isso porque, a sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades e competências não é automática (GISI, SCHUARTZ *et al.*, 2000; OLIVEIRA, 2009).

Machry (2014, p. 22) destaca que “[...] pouco se sabe dos resultados e conquistas obtidas nessa importante prática profissional dos alunos”, uma vez que as instituições de ensino superior têm focado nas questões regulatórias, documentais e burocráticas. Silva (2016, p. 12) pontua que “[...] os estudantes parecem não compreender essa modalidade de estágio como uma experiência de aprendizagem acadêmica e sim como uma oportunidade de conseguir trabalho ou remuneração”. As empresas, por sua vez, descaracterizam e desvalorizam o que é preconizado para a atividade do estágio, quando desviam a finalidade de aprendizado e preparação do estudante para o trabalho (OLIVEIRA, 2009).

Entre as principais dificuldades dos processos dos estágios identificadas por Lavall e Barden (2014, p. 62, grifo nosso) destacam-se:

[...] a maior dificuldade dos estagiários é a baixa remuneração paga pela empresa para o desenvolvimento das atividades, seguida da falta de tempo para estudar e do pouco conhecimento teórico ao iniciar o estágio. [...] Já os professores destacam como maior dificuldade **o acompanhamento dos alunos no campo de estágio** não obrigatório, uma vez que não possuem destinação de horas para tal atividade. Cabe ressaltar que, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, **o acompanhamento do estágio pelo professor se dá por meio de vistos em relatórios** [...]. Em relação às empresas, verificou-se que a maior dificuldade está no comportamento dos estagiários, considerando que como principal dificuldade foi citado o comprometimento dos alunos, além da falta de interesse, de pró-atividade e de pontualidade dos estudantes.

A Lei de estágios institui todo o processo pelo qual os estágios serão gerenciados pelas Instituições de Ensino Superior, bem como documentos que formalizam seu início, renovação, rescisão e conclusão. Também prevê que o acompanhamento pedagógico dos

estágios seja realizado por meio da entrega de relatórios de estágio, em prazo não superior a seis meses. Porém, há inquietações sobre como fazer com que os estágios sejam significados na formação acadêmica (MACHRY, 2014; SILVA, 2016).

Embora as atividades de estágio ofereçam a prática da reflexão, possibilitando a modificação da realidade, exige também um esforço coletivo no âmbito do curso:

A aproximação à realidade só tem sentido quando tem conotação de envolvimento, de intencionalidade, pois a maioria dos estágios burocratizados, carregados de fichas de observação, é míope, o que aponta para a necessidade de um aprofundamento conceitual do estágio e das atividades que nele se realizam. **É preciso que os professores orientadores de estágios procedam, no coletivo, junto com seus pares e alunos, a essa apropriação da realidade, para analisá-la e questioná-la, criticamente, à luz das teorias [...].** (PIMENTA; LIMA, 2012, p.45, grifo nosso)

Apesar dos desafios relacionados ao processo de acompanhamento, considera-se que os estágios têm significativo potencial de contribuição para as habilidades e competências dos acadêmicos de ensino superior. Vale lembrar que enquanto as habilidades transformam conhecimentos em ações para chegar a determinado objetivo (KATZ, 2009), as competências são entendidas “[...] como a demonstração, dentro de situações concretas, de domínio de saberes e de habilidades, apreendidos e aprendidos, promovendo a capacidade de inovar com autonomia nas decisões e ações” (SILVA, 2007, p. 316). Ambos os conceitos envolvem, além dos conhecimentos científicos, a experimentação do mundo real.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Bacharelados em Relações Internacionais, estabelecem que os referidos cursos devem proporcionar as seguintes competências e habilidades:

Art. 4º O Curso de Graduação em Relações Internacionais deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades relacionadas à concepção, ao gerenciamento, à gestão e à organização de atividades com interface internacional:

I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética;

II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação;

III - Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação;

IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia);

V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;

VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos;

- VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais;
- VIII - Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional;
- IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas;
- X - Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas;
- XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;
- XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;
- XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa;
- XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;
- XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional. (BRASIL, 2017, p. 2-3).

Diante dessas considerações, é importante dizer que o estágio não-obrigatório deve permitir que estudantes e docentes reflitam acerca das atividades desempenhadas, bem como no tocante à sua contribuição para a formação. Essa modalidade de estágio não deve ser vista como uma oportunidade de remuneração, mas sim, como uma atividade com significativo potencial de contribuir para o percurso formativo dos acadêmicos.

3 METODOLOGIA

Devido à ausência de discussões sobre a contribuição dos estágios nos cursos de Relações Internacionais de uma forma geral e, particularmente, no curso onde a pesquisa foi realizada, a finalidade desta pesquisa foi exploratória. Gil (2007) sugere que pesquisas exploratórias permitem a familiarização com o fenômeno que está sendo investigado.

Como o estudo foi desenvolvido a partir da realidade de um curso de Relações Internacionais estabelecido há dez anos, em uma Instituição de Ensino Superior Pública em município do interior do estado do Rio Grande do Sul, define-se como estudo de caso. Para Godoy (2006) trata-se do estudo de um fenômeno, objeto de investigação, direcionado a uma situação particular, focado em problemas práticos e específicos. O estudo de caso, conforme Yin (2015), permite investigar um fenômeno contemporâneo em profundidade, dentro de seu contexto de mundo real.

A abordagem utilizada neste estudo foi mista (quali-quanti), considerando a necessidade de integrar dados qualitativos e quantitativos, por meio da estratégia mista

sequencial (CRESWELL, 2010). A abordagem qualitativa - das fontes bibliográficas e documentais - contribuiu na compreensão do cenário, para a reflexão sobre o tema, bem como na confecção das perguntas aplicadas à amostragem de estudantes vinculados à atividade de estágio.

Já a abordagem quantitativa permitiu a realização do levantamento, o qual “[...] proporciona uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, de atitudes ou de opiniões de uma população, estudando uma amostra dessa população”. (CRESWELL, 2010, p.36). A amostra consiste nos estudantes que realizaram estágios no ano de 2021: do universo de 224 acadêmicos regularmente matriculados no ano, apenas 11 realizaram estágios.

As perguntas foram formuladas considerando as seguintes afirmações: os estágios contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades (SCHWARTZ, BAPTISTA, CASTELEINS, 2001; MURARI, HELAL, 2009); os estágios contribuem para a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante os cursos e a obtenção de experiências úteis ao futuro profissional (LAVALL, BARDEN, 2014); os estágios contribuem para aproximação com o mundo do trabalho (MURARI, HELAL, 2009; LAVALL, BARDEN, 2014; POLZIN, BERNARDIN, 2018); os estágios contribuem para suprir necessidades financeiras para a permanência na universidade (LAVALL, BARDEN, 2014; POLZIN, BERNARDIN, 2018); As empresas respeitam a finalidade de aprendizado e preparação do estudante para o trabalho estágio (OLIVEIRA, 2009); os estágios são amplamente discutidos no curso (PIMENTA; LIMA, 2012);

Um formulário eletrônico (*google forms*) com 06 perguntas estruturadas de múltipla escolha foi utilizado como instrumento de coleta de dados. Cada pergunta permitiu também a inserção de observações pelos respondentes, por meio da opção “outras”. O formulário foi aplicado à amostragem de 11 estudantes com processos de estágios não-obrigatórios aprovados pelo colegiado do curso, no final do semestre letivo do ano de 2021 (entre 23 de outubro e 23 de novembro de 2021) e foram obtidas 08 respostas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção descreve como é realizado o acompanhamento de estágio não-obrigatório no curso, caracteriza a amostragem que realizou esta atividade no ano de 2021 e, por fim, apresenta os resultados relacionados à contribuição dos estágios na percepção dos estudantes da amostra.

4.1 A GESTÃO DOS ESTÁGIOS NÃO-OBIGATÓRIOS NO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O curso de Bacharelado em Relações Internacionais no qual a pesquisa foi desenvolvida, foi estabelecido no ano de 2010, no seio de já consolidada Instituição de Ensino Superior pública, impulsionado por políticas para a promoção da expansão e interiorização do ensino superior no país. Trata-se de um curso noturno, na modalidade presencial, com duração de quatro anos e organizado por semestres.

Em 2020, ao completar a sua primeira década, verificou-se a ausência de dados sistematizados sobre os estágios não-obrigatórios. Convém também notar a ausência de registros sobre eventuais ações de promoção do curso e do perfil dos seus egressos, direcionadas à sociedade local, buscando aproximação de instituições públicas, privadas e sociais, visando ampliar as oportunidades de inserção dos discentes – por meio dos estágios – e dos futuros profissionais. Esse ponto merece ser mencionado, uma vez que estudos que discutem a criação e consolidação dos cursos de Relações Internacionais e a busca pela inserção profissional dos seus egressos mencionam esforços realizados pela comunidade acadêmica. Lessa (2005, p. 11) afirma que “[...] nos anos setenta, quando a UnB criou o primeiro curso, teve que investir energias importantes em divulgar o perfil do egresso e em convencer os potenciais empregadores a empregá-lo [...]”. Miyamoto (2003) também dá exemplos de ações de promoção e divulgação dos cursos e seus profissionais, destacando a importância da atuação conjunta com as direções dos cursos, estudantes, docentes e demais envolvidos.

Na referida Instituição de Ensino onde o curso se insere, os estágios são normatizados pela Pró-Reitoria de Ensino, a partir de seu Núcleo de Bacharelados, Tecnólogos e Estágios. Esse órgão, basicamente, divulga a Lei de Estágios e normatiza as condições para a sua realização, as quais deverão ser observadas pelos cursos. Sua operacionalização – recepção dos documentos, assinaturas e acompanhamento – é realizada no âmbito dos colegiados de curso.

Os estágios estão previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais, na modalidade não-obrigatória, em observância aos dispositivos legais e normativos supracitados. Sua aprovação e acompanhamento envolve: Secretaria, Coordenador(a) de Curso e Professor(a) Orientador(a). Cada discente interessado na

realização de estágio, deverá buscá-lo por si mesmo, uma vez que não há divulgação ou promoção de oportunidades específicas pelo curso.

A Secretaria mantém atualizada a página de internet do curso, a qual possui uma aba específica com informações sobre os estágios não-obrigatórios: aspectos regulatórios, documentos necessários e informações sobre os trâmites e prazos. Entre os documentos destacam-se o Termo de Compromisso e o Plano de Atividades, exigidos para o início do estágio; modelo do Relatório de Atividades a serem entregues para Professor(a) Orientador(a); outras instruções sobre renovação, rescisão ou finalização dos estágios.

O Termo de Compromisso será assinado pelo Coordenador(a) de Curso e o Plano de Atividades será assinado pelo Professor(a) Orientador(a), com a devida ciência dos demais membros do colegiado de curso. Uma vez aprovado o estágio não-obrigatório, ocorre a abertura de um processo, por meio de Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por onde será operacionalizado o acompanhamento do(a) discente.

Por meio da descrição do processo (sintetizado no Quadro 1), observa-se que enquanto a Secretaria e Coordenação de Curso focam no cumprimento das questões legais e burocrático-administrativas, os aspectos pedagógicos dos estágios ficam limitados a dois momentos: (i) à avaliação da compatibilidade entre as atividades descritas no Plano de Atividades do estágio e a proposta pedagógica do Curso; (ii) à assinatura nos Relatórios de Atividades, entregues pelos estagiários em prazo não superior a seis meses.

Quadro 1 Resumo das etapas e exigências para os estágios não-obrigatórios

Etapas	Responsável	Exigências no curso
Interesse em realizar estágio	Discente	Interface internacional das atividades - ou suas possibilidades; contribuição para a formação das habilidades e competências exigidas no perfil do egresso.
Início de estágio	Secretaria recepção de documentos assinados, encaminha para assinaturas exigidas, ciência colegiado e abre o processo	Termo de Compromisso: Assinatura Coordenador(a) Plano de Atividades: Assinatura Prof. (a) Orientador (a)
Acompanhamento do estágio	Prof.(a) Orientador(a)	Relatórios de atividades a cada seis meses: Assinatura do Prof.(a) Orientador (a)
Renovação de estágio	Secretaria atualiza o processo do aluno(a)	Termo Aditivo: Assinatura Coordenador(a) Relatório de Atividades do período anterior: Assinatura do Prof.(a) Orientador(a)
Rescisão de estágio	Prof.(a) Orientador(a) atualiza o processo do aluno(a)	Termo de Rescisão e Relatório de Atividades para Assinatura do Prof. (a) Orientador (a)
Finalização de estágio	Prof.(a) Orientador(a) atualiza o processo do aluno(a)	Termo de Realização Relatório de Atividades para Assinatura do Prof. (a) Orientador (a)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir das rotinas sobre estágios.

O papel do(a) Professor(a) Orientador(a), basicamente, foca na análise documental, visando que as atividades de estágio estejam adequadas à proposta pedagógica do curso. Evidencia-se, entretanto, a falta de maior interação para trocas de experiências e reflexões acerca das atividades, seja com Professores Orientadores, ou mesmo, entre os discentes envolvidos nas atividades de estágios e os demais estudantes e professores.

Além disso, recente estudo buscou diagnosticar a percepção discente quanto às forças, fraquezas, oportunidades e desafios relacionadas aos estágios não-obrigatórios no curso. Uma das primeiras evidências é que há interesse pelos discentes, na realização de estágios, porém, muitos sequer têm clareza, do setor, atividades, locais, entre outros. Também foi mencionado o desconhecimento das competências e habilidades dos profissionais de Relações Internacionais, pelas instituições locais (FREITAS; SCHIMANSKI, 2021).

Diante dessas considerações é possível afirmar que, em que pese o cumprimento das exigências normativas e legais, avanços ainda são necessários quanto aos aspectos relacionados ao acompanhamento e discussão das potenciais contribuições pedagógicas adquiridas nas experiências de estágios. Destaca-se que tal responsabilidade não é exclusiva ao papel do Professor(a) Orientador(a) – já prevista na Legislação e demais normativas - mas da comunidade do curso como um todo. Significar as experiências de estágio, contextualizando-a às demais atividades e discussões previstas no Projeto Pedagógico de Curso, promover o curso e o perfil dos egressos junto à comunidade local, são formas de superar os desafios relacionados à localização do curso, bem com promover a internacionalização e interiorização do mercado de trabalho da área de Relações Internacionais.

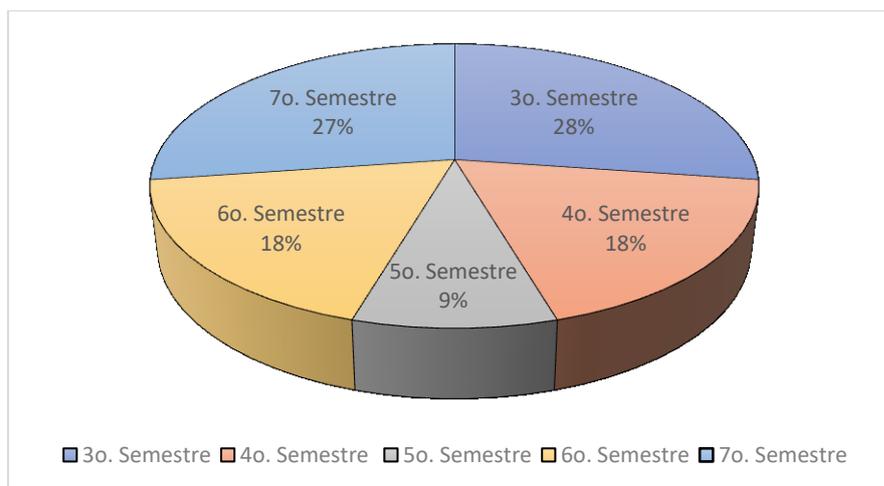
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRAGEM

No ano de 2021, do universo de 224 acadêmicos regularmente matriculados, apenas 11 realizaram estágios, definidos como não-obrigatórios no curso. Devido à inexistência de sistematização de dados prévios, não é possível afirmar se este número foi impactado pelo contexto pandêmico pela COVID-19².

² Durante a pandemia, embora alguns estágios puderam ser realizados na modalidade remota, um Termo de Responsabilidade passou a ser exigido para que estudantes pudessem iniciar ou manter estágios não-obrigatórios de forma presencial. O Termo prevê que o local oferece condições de segurança, incluindo medidas de distanciamento, higienização, equipamentos, número de pessoas no ambiente, entre outros.

Entre os discentes que iniciaram os seus estágios não-obrigatórios, sete se identificam com o gênero masculino e quatro com o gênero feminino. A Figura 1 apresenta os semestres nos quais os(as) discentes estavam matriculados quando iniciaram os estágios. Da amostragem, observou-se que o maior interesse na atividade ocorre pelos discentes do segundo ano do curso (3º e 4º semestre) e do terceiro para o quarto ano (6º e 7º semestre).

Figura 1 Semestre de início dos estágios não-obrigatórios



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir dos documentos dos estágios.

Quanto aos setores nos quais as atividades de estágio não-obrigatório foram desenvolvidas, merece destaque o setor privado, no ramo de prestação de serviços, apresentados no Quadro 2. Apenas 01 discente realizou o seu estágio no setor público e nenhum nos demais setores previstos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, evidenciando os desafios da internacionalização e interiorização do mundo do trabalho para o campo das Relações Internacionais, já apontado por outros estudos.

Quadro 2 Setores de realização dos estágios não-obrigatórios

Setor	Segmento / Ramo
Público	Prefeitura Municipal
Privado	Serviços de Telecomunicações / Serviços de Publicidade / Serviços de Investimento Social / Comércio / Serviços de Tecnologia / Serviços Aduaneiros.
Organizações Sociais	(-)
Organizações Internacionais	(-)
Ensino ou Academia	(-)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir dos documentos dos estágios.

Do total de processos analisados, observa-se que, enquanto alguns discentes tiveram seus Termos de Compromisso renovados, finalizaram suas atividades ou mesmo, foram contratados, outros têm seus contratos rescindidos, tanto pela empresa quanto a pedido, conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3 Situação dos estágios não-obrigatórios acompanhados em 2021

Situação dos estágios	Quantidade	Descrição
Em acompanhamento	05	Estágios em andamento.
Renovação de estágio	02	Termos Aditivos, após 6 meses, renovados por mais 6 meses.
Rescisão de estágio	03	01 desligado(a) pela empresa após o período de 3 meses; 01 desligado(a) a pedido, após período de 2 meses; 01 rescisão do estágio para efetivação após o período de 3 meses.
Finalização de estágio	01	Finalização de estágio devido à formatura.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir dos documentos dos estágios.

A continuidade dessa análise será necessária, a fim de que seja possível realizar o cruzamento de dados para o devido aprofundamento dessa discussão. Considera-se relevante identificar as expectativas dos estudantes antes de iniciar as suas atividades de estágio não-obrigatório, experiências prévias com o mundo do trabalho, entre outros fatores. Alinhar as expectativas dos discentes acerca das atividades a serem desenvolvidas também pressupõe discussões sobre o perfil das vagas de estágios, prevenindo eventuais frustrações.

4.3 A PERCEPÇÃO DISCENTE QUANTO AOS ESTÁGIOS NÃO-OBRIGATÓRIOS

Buscando avaliar a percepção dos acadêmicos quanto às suas atividades de estágios não-obrigatórios, foram elaboradas perguntas a partir dos principais achados de pesquisas já realizadas sobre os estágios não-obrigatórios.

A primeira pergunta, parte das premissas de que os estágios contribuem para aproximação com o mundo do trabalho (MURARI, HELAL, 2009; LAVALL, BARDEN, 2014; POLZIN, BERNARDIN, 2018); e que os estágios contribuem para suprir necessidades financeiras para a permanência na universidade (LAVALL, BARDEN, 2014; POLZIN, BERNARDIN, 2018). Nesse sentido perguntou-se sobre a motivação dos discentes para a realização ou permanência no estágio. Enquanto 02 respondentes apontaram que a motivação foi exclusivamente financeira, os demais selecionaram a opção: equilíbrio entre aproximação

do mundo do trabalho e aspecto financeiro. Vale destacar que nenhum respondente selecionou a opção: “estritamente pelo aprendizado que as atividades proporcionam”.

A segunda pergunta, parte da consideração de que os estágios contribuem para a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante os cursos e a obtenção de experiências úteis ao futuro profissional (LAVALL, BARDEN, 2014). Todos os respondentes consideram estar obtendo experiências úteis à sua formação, no contexto das organizações onde desenvolvem as suas atividades.

A terceira pergunta busca explorar se as organizações valorizam o preconizado para a atividade do estágio, que é o aprendizado e preparação do estudante para o trabalho (OLIVEIRA, 2009). Enquanto 7 respostas concordaram com a afirmação de que as atividades descritas em seus Planos de Atividades estão sendo desenvolvidas, uma resposta apontou que houve adaptações devido a uma mudança interna. Todos destacaram que possuem amparo dos supervisores locais quanto às dúvidas na execução das tarefas.

A quarta pergunta parte do pressuposto de que os estágios contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades (SCHWARTZ, BAPTISTA, CASTELEINS, 2001; MURARI, HELAL, 2009). Por meio de uma pergunta com múltiplas opções, os discentes foram convidados a selecionar, entre as competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, aquelas que são ou foram exigidas no desenvolvimento das atividades desenvolvidas nos seus estágios.

A Figura 2 demonstra que os respondentes foram unânimes ao marcar: capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação; e capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação. O domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa foi opção marcada por seis, dos oito respondentes. Por fim, cinco discentes marcaram cada uma das seguintes opções: habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia); e capacidade de tomada de decisões, planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação.

Figura 2 Habilidades e Competências exigidas nas atividades de estágios não-obrigatórios



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir das respostas dos estagiários.

Ao serem perguntados se concordam com afirmação de que os estágios são discutidos e/ou promovidos no curso (PIMENTA; LIMA, 2012), os estudantes foram unânimes ao negar a afirmação. Nas observações, destacaram a falta da divulgação de oportunidades de estágios direcionadas aos discentes de Relações Internacionais; sugerem que existe acentuada clivagem entre carreira acadêmica e inserção no mercado de trabalho; e que os estudantes não são apoiados/estimulados para realização de estágios.

Por fim, a sexta pergunta foi relacionada ao processo administrativo-burocrático, buscando identificar eventuais dúvidas quanto ao processo de estágio em si, prazos ou documentos. Embora a maior parte dos respondentes tenha sinalizado não haver dúvidas, uma das respostas esteve relacionada à entrega de documentos. Nesse caso, é possível afirmar que a manutenção das informações, fluxos e documentos no website do curso é uma estratégia que auxilia os discentes nesse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar a contribuição dos estágios no contexto acadêmico dos Bacharelados em Relações Internacionais, a partir do caso de um curso estabelecido há dez anos, em uma universidade pública, no interior do país. A pesquisa se justifica em razão da observada ausência de registros, debates e reflexões sobre o papel dos

estágios não-obrigatórios quanto ao seu caráter pedagógico, como uma experiência de aprendizagem das habilidades e competências do profissional que se busca formar.

No primeiro momento, buscou-se amparo nas bases legais e normativas, bem como na literatura sobre os estágios não-obrigatórios, tanto no campo de Relações Internacionais, como de uma forma geral. Essa etapa revelou o primeiro achado da pesquisa: embora os estudantes de Relações Internacionais do Brasil realizem pouco se sabe sobre a contribuição dessa atividade no seu contexto formativo. É verdade que as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para esses cursos de Bacharelado foram publicadas apenas em 2017. Ainda assim, o tema não tem sido amplamente discutido nas instâncias que promoveram significativos avanços do campo, como é o caso da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

Os resultados também sugerem a necessidade de aprofundamento das discussões sobre o papel dos estágios não-obrigatórios, no âmbito dos cursos de uma forma geral. Observa-se que este desafio não é exclusividade do curso onde a pesquisa foi realizada, nem apenas dos cursos de Relações Internacionais. Trata-se de um desafio observado nas diversas áreas do conhecimento.

Descrever o processo de acompanhamento de estágios, foi primordial para identificar que, em que pese o cumprimento das exigências legais, administrativas e burocráticas, não ocorre um debate amplo e profundo sobre como as atividades dos estágios podem ser significadas na trilha formativa dos discentes. É possível ponderar que o acompanhamento do estágio não-obrigatório por meio dos relatórios de atividades é um mecanismo insuficiente para provocar a ampla reflexão e debate sobre sua contribuição no contexto da formação acadêmica. Especialmente, acerca em um momento tão importante para os jovens que muitas vezes têm nos estágios as suas primeiras experiências com o mundo do trabalho.

A realidade dos cursos aponta para a ausência de maiores espaços de discussões e reflexões, que acaba por segregar as atividades práticas promovidas pelos estágios, das discussões teóricas. Refletir sobre formas de promover essa conexão, valorizando os estágios como oportunidades formativas privilegiadas, é uma lacuna a ser preenchida.

Ao caracterizar a amostragem e levantar as percepções dos estudantes que realizaram a atividade no ano de 2021, contribui-se para lançar luz a esse importante debate. Os acadêmicos percebem que as atividades contribuem com desenvolvimento de habilidades e competências de seu campo de formação, mas também notam a ausência de maior debate,

reflexão e envolvimento da comunidade acadêmica nos aprendizados obtidos em suas experiências.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ABRI. **Ensino, Pesquisa e Extensão**. 2021. Disponível em: https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1181. Acesso em: 09 de jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 09 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=73651-rces004-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2020.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FREITAS, Benjamin V. Medeiros. SCHIMANSKI, Silvana. Estágios não-obrigatórios no Curso de Relações Internacionais: Oportunidades e Desafios. In: **VII Congresso de Ensino de Graduação. Anais**. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2021/G5_03278.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021. Pelotas: UFPel, 2021.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GISI, Maria Lourdes et al. Organização e Planejamento de Estágios. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 1-170, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. IN: GODOI, Christiane Kleinubing; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HOLZHACKER, Denilde. O desenvolvimento de competências em Relações Internacionais: o papel do estágio supervisionado. In: **6º Encontro da ABRI, 2017, Belo Horizonte. Anais**. Disponível em: https://www.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=799. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017. p. 73-74.

KATZ, Robert Lee. **Skills of an Effective Administrator**. Harvard: Harvard Business Press, 2009.

LAVALL, Jaqueline. BARDEN, Júlia Elisabete. Estágio Não Obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da Univates. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 47-68, 2014.

LESSA, Antônio Carlos. Os problemas recentes e as muitas virtudes do Mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais no Brasil. **Meridiano 47**, Brasília, v. 1, n. 58, p. 11-12, 2005.

MACHRY, Maricéia. **Estágio não-obrigatório: gestão de seu acompanhamento no ensino superior**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Porto Alegre, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Estágio e relação de emprego**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAIA, Marrielle. **Cenário dos cursos de relações internacionais ofertados pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil**. Documento Técnico Projeto CNE/UNESCO 914/BRZ1042.3. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/71061-produto-1-estudo-cenario-ri-pdf/file>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MAIA, Marrielle. FRANCO, Ana Maria de Paiva. NEDER, Henrique Dantas. **O perfil dos egressos dos Cursos de Relações Internacionais do Brasil**. Documento Técnico Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1042.3. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/71071-produto-2-estudo-trajetoria-profissionais-egressos-ri-pdf/file>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Ensino das Relações Internacionais no Brasil: Problemas e Perspectivas. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 20, p. 103-114, 2003.

MOREIRA JUNIOR, Hermes. Desafios e oportunidades para um curso de Relações Internacionais na fronteira Oeste: a experiência da Universidade Federal da Grande Dourados. *In: 5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais Anais[...]*. 2015 Disponível em: https://www.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=798. Acesso em: 01 dez. 2021.

MURARI, Juliana de Melo Franco. HELAL, Diogo Henrique. O estágio e a formação de competências profissionais em estudantes de Administração. **Revista Gestão e Planejamento** Salvador, v. 10, n 2, p. 262-280, 2009.

OLIVEIRA, Sidnei Rocha de. **Estágios para Universitários: representações e implicações na inserção profissional dos jovens brasileiros e franceses**. 2009. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. OKADO, Giovanni Hideki C. Dispersão e concentração espaciais dos Cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte, v.14, n.1, p.225-249, 2019.

POLZIN, Fernanda Ribeiro. BERNARDIN, Marcio Luiz. Estágio não obrigatório: um estudo com universitários do curso de administração. **DiÁLOGO**, Canoas, n. 37, p. 83-97, 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA - PUC. Departamento de Relações Internacionais. **Pesquisa de alunos egressos - 2016**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://www.iri.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/04/Pesquisa-de-Alunos-Egressos-2016.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

RIBEIRO P. F. KATO, M. RAINER, G. Mercado de Trabalho e Relações Internacionais no Brasil: um estudo exploratório. **Boletim Meridiano** 47. Brasília, v. 14, n. 135, p. 10 -18. 2013.

SEABRA, Fernando. LEITE, Iara Costa. DIAS, Felipe. Principais resultados e análises da primeira pesquisa dos egressos da Graduação em Relações Internacionais da UFSC. *In. Anais do 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais Anais [...]* Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://www.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=799. Acesso em: 01 dez. 2021.

SCHIMANSKI, Silvana. FERNANDES, Fernanda. MENEZES, Luana. LUBTKE, Milena Duarte. **Relatório Técnico: Pesquisa com Egressos do Curso de Relações Internacionais da UFPel**: Pelotas, 2021.

SCHWARTZ, Maria A. M. BAPTISTA, Neusa Maria Gomide. CASTELEINS, Vera Lúcia. Contribuição do estágio supervisionado no desenvolvimento de aptidões e formação de competências. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 2, n. 4, p. 105-111, 2001.

SILVA, Fabiana Sena. A noção de competência no ensino superior: o Curso de Pedagogia da UFPB. **RBPPE**. v.23, n.2, p. 315-326, 2007.

SILVA, Elaine Leite Araújo. **Estágio não obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora: Perspectivas e Desafios**. 2016. Dissertação. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPPEL. **Projeto Pedagógico de Curso de Relações Internacionais**. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ri/files/2021/10/PPC-RI-MAIO-2021-Versao-final.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.